

DE REPENTE UMA VENDA CAI DOS SEUS OLHOS e você vê:

A Matrix da Hierarquia .

E você a vê em todo lugar: em casa, na escola, na igreja, na empresa, no comércio, em uma partida de futebol, no trânsito, nos locais de atendimento público, nas mídias sociais...

COMO A MATRIX É CARREGADA EM VOCÊ

Na Matrix realmente existente um programa padrão – **o programa hierárquico** – é carregado em você. Isso acontece toda vez em que você se conecta a uma organização hierárquica ou sofre a influência de um campo social deformado por uma hierarquia.

No entanto, o programa hierárquico é instalado inicialmente nas pessoas durante sua infância e juventude. Em geral, nos dias atuais, esse processo deve ser completado até à maioridade (o tempo de implantação é, portanto, de 7 a 8 mil dias). É um programa de obediência. Seu objetivo é restringir os graus de liberdade e desestimular a cooperação. Sua consequência mais nefasta é matar a criatividade (ou, em um juízo mais rigoroso, dificultar que se forme aquilo que já foi chamado de alma humana).

Na família

A infecção começa na primeira infância. A instituição encarregada dessa primeira tarefa é a família (a família monogâmica nuclear, nos dias que correm). Sua tarefa é: inicializar o programa de controle (não se pode esquecer que aqui já se revela o que a Matrix é – Matrix é sobre controle). Sim, começa bem cedo. Gerda Verden-Zöller (1978 e 1982) foi à raiz do processo pelo qual a criança é desumanizada pelos pais. Ela desvenda o comportamento controlador na relação materno-infantil, *“quando a mãe, nas interações com seus filhos, está atenta ao seu futuro e as usa para educá-los, preparando-os precisamente para alcançar o dito futuro. Quando essa dinâmica intencional se estabelece na relação materno-infantil, a mãe deixa de ver seus filhos como indivíduos específicos, e restringe seus encontros com eles a essa condição. À proporção que tal restrição ocorre, um abraço deixa de ser um abraço como ação de plena aceitação do ser específico dos filhos que se abraça. Transforma-se numa pressão com certo direcionamento. Do mesmo modo, a mão que ajuda deixa de ser um apoio à identidade individual da criança, e transforma-se num guia externo que nega essa identidade”* (8).

Vendo a criança ou o bebê como um futuro adulto, os pais não os aceitam como são no presente, mas como o que devem ser no futuro. Transformam assim os filhos em objetos de um processo educativo. Não brincam realmente com as crianças porque não encaram o que fazem com elas como algo que tenha valor em si (sem qualquer propósito outro do que a própria interação no presente), mas sempre, em alguma medida, como uma preparação para o futuro. Como consequência, as crianças não se encaram como interagentes válidos pelo que são e sim apenas na medida em que atendem às expectativas dos pais, ao cumprir o papel que os pais delas esperam. Ficam dependentes de aprovação (inicialmente dos pais e, depois, de qualquer um que cumpra a mesma função de controle sobre elas). E passam a colocar a aprovação “de cima” no lugar do reconhecimento horizontal de sua identidade numa comunidade. É assim que têm imensas dificuldades de desenvolver sua consciência social (ou, em um juízo mais rigoroso, de formar aquela qualidade da alma que chamamos de humanidade).

A mãe e o pai, na maior parte das vezes, não brincam gratuita e desinteressadamente com o filho. Querem educá-lo. Querem moldá-lo para que ele seja “alguém na vida”, querem que ele se torne uma cópia do que eles próprios foram (ou são) ou uma superação projetada do que não-são: em uma espécie de vingança compensatória, querem que seus filhos consigam ser (ou ter) o que eles não

foram (ou não tiveram). Quando isso acontece, as crianças deixam de ser o que são, deixam de ser crianças e passam a ser projetos de adultos, adultos incompletos que precisam ser formatados para que se completem segundo os projetos paternos.

Eis a primeira lição embutida no programa: você não pode ser o que é em sua livre interação com os outros, mas tem que se transformar – tem que ser consertado, como se tivesse vindo com defeito de fábrica – sob as diretivas de outrem (dos que estão acima de você). Se não fizer isso, não será aceito como um sujeito válido. Mas há uma segunda lição.

A família privatiza capital social. A criança apreende a desconfiança quando ouve a mãe recomendar: “*Não vai deixar seus amiguinhos quebrarem seus brinquedos; eles são seus, não deles!*”. Desde tenra idade os filhos são ensinados a separar o que é “nosso” do que é “dos outros”. São ensinados a aceitar (ou a tolerar) o outro no seu espaço de vida, mas com restrições. São ensinados que, de certo modo, aqueles (os outros) são menos legítimos. E desde pequenos os filhos são incentivados a se destacar dos demais (dos filhos de outras famílias): são recompensados quando tiram notas mais altas, quando se saem bem (de preferência melhor do que seus colegas) em provas, quando vencem concursos, competições e torneios e são admoestados (ou, pelo menos, não elogiados) quando não ficam em primeiro lugar ou não se sobressaem de algum modo. As razões para essa pedagogia condicionalista ou behaviorista de recompensas e punições nunca são expostas abertamente. Porque seus condutores não sabem mesmo o que estão fazendo. Ou porque não é necessário.

Seus filhos são mais iguais do que os outros filhos. Isso também não precisa ser dito: a criança apreende tudo apenas assistindo ao comportamento recorrente dos pais. Aquele tratamento que deveríamos dispensar aos amigos, reservamos para os “do nosso sangue”. Para estes, sim, fazemos coisas gratuitas. Para os amigos, porém, tratamos tudo na base da reciprocidade (tal como os economistas tomam e deformam o conceito): eu lhe ajudo hoje, mas você fica em dívida comigo e deve me ajudar mais adiante. Isso, é claro, é implícito, é tácito, raramente declarado, mas faz parte do código de tratamento com estranhos: sim, os outros, os que não são da minha família, os que não têm partes significativas do meu DNA ou que não privaram da convivência fechada que se conformou em torno do meu “berço”, esses não são “meus”, são “seus” (ou de alguém) e é você (ou alguém, que não eu) que deve cuidar deles.

É assim que cada um desses núcleos que chamamos de família conforma uma unidade de proteção contra a interação, um destacamento prevenido contra o mundo exterior (contra o outro, sobretudo o outro-imprevisível). Então esta é a segunda lição embutida no programa: a separação, a não aceitação plena dos “de fora”, a desvalorização do outro (que nunca mais será encarado como *um outro-eu-mesmo*) e a sobrevalorização de um *inner circle*, composto pelos “de dentro” (e disso nunca mais o adulto assim produzido vai conseguir se livrar: vai passar a vida inteira tentando montar ou aderir a grupos proprietários fechados nos quais os “de dentro” valem mais do que os “de fora” e em que o outro só é aceito na medida em que deixar de ser ele mesmo para se transformar em um “nós” organizacional).

Mas o programa, na sua versão básica *full*, só é instalado mesmo na escola (atuando como igreja) e, em alguns casos, na igreja (atuando como escola), como veremos nos próximos tópicos.

Na escola

Muito bem. Aí a criança entra na escola e, como se diz, *escapa do espeto para cair na brasa*. Não é a toa que as crianças, em geral, não gostam de ir para a escola (com exceção, às vezes, da chamada pré-escola, onde podem brincar, quer dizer, ser o que são: crianças). E não é a toa que, mais tarde, quando forem jovens, comemorarão efusivamente a saída da escola, como se tivessem reconquistado a liberdade após cumprir uma pena (se a escola fosse boa para elas, lamentariam ter deixado-a, certo?).

Então a criança entra – ou seja, é compulsoriamente aprisionada, por determinação da família e do Estado – em uma instituição estruturada para lhe proteger da livre-aprendizagem que, até então – tirando-se as intervenções instrumentalizadoras dos pais –, estava indo muito bem, obrigado. Mas agora não. Agora ela vai aprender não o que ela quer realmente aprender e sim o que alguém quer

que ela aprenda. O nome disso é ensino.

Rapidamente a criança aprende que não adianta espernear. Logo se dá conta de que *resistir é inútil*: eis a primeira lição. Como escreveu Bob Black (1985), agora ela está em um desses “*campos de concentração para adquirir o hábito da obediência e da pontualidade que tanto jeito fazem a um trabalhador*” (9).

Sim, ela está sendo formatada para trabalhar para alguém ou, em casos excepcionais, para servir e reproduzir um sistema que obrigará alguém a trabalhar para outrem. Para tanto, vai receber um implante, um conjunto de parâmetros meméticos que assegurarão que o programa que nelas será instalado pela escola vai poder rodar sem problema. Esse *software* especial que será carregado na criança é a versão básica do “programa-escravo” (ou, em casos excepcionais, do “programa-escravizador”: na verdade as rotinas básicas de ambos os programas são as mesmas).

Ao contrário do que se propaga, ao entrar na escola a criança não entrou em um ambiente capaz de ensinar ou acelerar a sua aprendizagem, nem mesmo em uma instituição de transferência de conhecimentos. Conhecimentos existem, por certo, mas são apenas a desculpa legitimatória, o produto aparente que justifica a existência da fábrica ou o lubrificante para a máquina não funcionar a seco. Qualquer coisa serve, inclusive manter, no século 21, currículos que faziam sentido na Idade Média. **Porque o fundamental é o programa que será instalado.** É para isso que ela está lá. Na escola.

Mas para isso a escola precisa ser uma instituição heterodidata. Precisa desestimular fortemente o autodidatismo (aprender por si mesmo, buscando e inventando) e proibir – ou restringir a interação a ponto de inviabilizar na prática – o alterdidatismo (aprender com o outro, cocriando e compartilhando). Se a escola não fosse baseada em heterodidatismo não teria razão de existir. O heterodidatismo se realiza por meio da separação fundamental de corpos que funda a escola: a separação entre um corpo docente e um corpo discente. Esta separação dá origem a uma subordinação: os discentes são sub-ordenados em relação aos docentes. Eis a primeira subordinação que a criança experimenta fora do seu ninho familiar. Alguns outros – que não pertencem à sua família (sua primeira comunidade) – vão poder agora dizer o que ela deve fazer, vão poder mandar nela. E serão seus próprios pais os avalistas dessa subordinação. Aqueles mesmos pais que a preveniram contra os estranhos, agora – paradoxalmente para a criança – vão lhe dizer que há um tipo de estranho que ela deve acatar: seu professor ou professora. A fim de suavizar esse processo, extremamente violento em termos psicológicos para a criança, a professora é chamada muitas vezes de “tia” (para manter o liame com relações familiares que ela já conhece: é apenas uma forma de docemente enganá-la), o que é facilitado em virtude da imensa maioria do corpo docente no ensino básico ser composta por mulheres (sim, isso também faz parte do sistema).

Então a criança é ensinada a obedecer. Há um deslocamento. Obedecer aos pais é uma preparação para obedecer aos professores. Obedecer aos burocratas do ensinamento (os professores) será uma preparação para obedecer aos burocratas religiosos (os padres, pastores, rabinos, imams e outros sacerdotes). Às vezes esse processo é concomitante, quando a primeira experiência heterodidata acontece na escola e simultaneamente em alguma igreja (por meio da catequese), ou quando a escola é religiosa, ou quando tudo isso é aberta e escandalosamente a mesma coisa (como em uma madrassa). Obedecer aos pais e professores é uma preparação para obedecer aos chefes em geral (nas futuras organizações sociais, estatais ou empresariais de que ela fará parte quando for jovem ou adulta).

O fato é que a criança continua buscando a legitimação para o que faz em alguém que está acima dela e fora da sua interação com seus pares. A escola se organiza como um quisto, separado da comunidade, protegido da interação com a vizinhança por cercas, muros, grades, portas, fechaduras (e dentro da escola muitas vezes as portas estão sempre trancadas, somente o funcionário que carrega as chaves pode abri-las, caso isso seja autorizado pela direção do estabelecimento). Não há significativa interação entre esse ambiente fechado, comandado e controlado por um diretor, e as pessoas da comunidade onde se situa a escola. Com raríssimas exceções (que confirmam a regra), os pais e outros parentes, os vizinhos e os amigos da criança, não podem interferir no processo pedagógico a que ela está sendo submetida.

Na escola a criança será aceita na medida em que responder corretamente às expectativas do alto; no caso, pela primeira vez, de uma burocracia, de uma ordem instituída *top down*. A escola (ou, às vezes, a igreja) é a primeira experiência da criança de posse por uma entidade não-humana (monstruosidade que, a despeito de todos os problemas já mencionados anteriormente, não ocorria na família). Ao entrar em um desses campos sociais deformados ela, a criança, é violada, pela primeira vez, por uma hierarquia.

A principal violação é a proibição de brincar. Ao entrar na escola a criança não pode mais brincar a não ser em períodos determinados, sob rígidas condições e contínua vigilância. É a chamada hora do recreio e se há um recreio como forma de distração isso significa que todo resto do tempo em que a criança está aprisionada na escola é de trabalho, obrigação, pena, jugo. A hora do recreio evoca aqueles banhos de sol a que os presidiários têm direito periodicamente.

Na sua origem, a palavra recrear se referia ao ato de criar, de produzir algo de novo. É recreando que a criança aprende. Mas escola não é sobre aprendizagem e sim sobre ensino. Ensino é processo forçado, estafante. Então recreio foi ressignificado para expressar uma espécie de refresco terapêutico, necessário para prevenir ou remediar as afecções causadas pelo ensino.

Os “educadores” (quer dizer, os ensinadores) argumentam que na pré-escola (na educação infantil, pré-escolar ou no que era chamado de jardim de infância) a criança pode brincar. O problema é que, quando entra na escola, a criança ainda é criança, ainda está na infância. Todo o ensino básico deveria continuar sendo um jardim de infância e deveria ser considerado como um período de aprendizagem infantil. Mas aí não seria ensino. E então não existiria escola!

Outra violação importante é a proibição imposta à criança de aprender o que ela quer aprender. Na escola ela não tem que querer. Tem que se sujeitar a um currículo ou a um conjunto de temas (verticais ou transversais, pouco importa) previamente escolhidos pela burocracia do ensinamento e imposto ou reconhecido e avalizado pelo Estado. O resultado é que a criança não aprende livremente: é ensinada compulsoriamente. E os problemas de aprendizagem que essa violação da liberdade fundamental de aprender acarretará são, na verdade, problemas de ensinagem (inclusive os incorretamente chamados “transtornos de aprendizagem” são, na sua maior parte, transtornos introduzidos pela ensinagem). Se parássemos de querer ensinar e deixássemos a criança aprender (o que ela quer aprender e não o que queremos que ela aprenda), a maioria desses transtornos simplesmente desapareceria e não seria necessário impregnar as crianças com drogas pesadas (como o metilfenidato, muito usado atualmente – e criminosamente) ou dopá-las (com outras substâncias que agem estruturalmente como anfetaminas).

A proibição de aprender livremente – pois aprender sem ser ensinado é subversivo: é um perigo para a reprodução das formas institucionalizadas de gestão das hierarquias de todo tipo – vem acompanhada da proibição de inventar. No fundo é a mesma coisa porque a aprendizagem é sempre uma invenção (enquanto a ensinagem é uma reprodução). Então a criança é desestimulada a inventar, a criar, a cocriar, em suma, a fazer a única coisa capaz de deixá-la sã em um meio social perturbado.

Ela será aceita, incluída, validada e recompensada na medida em que souber reproduzir um conteúdo pretérito ou um comportamento cognitivo esperado, não na medida em que se aventurar para gerar, individual ou coletivamente, um novo conteúdo ou um comportamento cognitivo inédito. Se a criança for pega desenhando durante uma aula de gramática, compondo uma música durante uma prova de ciências ou elaborando um game no seu laptop durante uma atividade de educação física, será advertida. Se várias crianças se agruparem para fazer qualquer uma dessas coisas, será pior: o grupo será punido, seus pais receberão notificações. Comportamentos desviantes do heterodidatismo, sobretudo quando coletivos, não podem ficar impunes. Os ensinadores tomam isso como uma ofensa pessoal.

Os educadores encarregados de vigiar e punir as crianças nem se dão conta de que assim procedendo estão arrancando as raízes da criatividade daqueles gênios potenciais – e reais, sim, reais – da humanidade. E eles não se dão conta porque são autômatos, replicantes da Matrix. Eles estão cumprindo o seu papel antissocial: estão apenas assassinando Mozart ao gerir aquela *estranha máquina de entortar seres humanos*. Como escreveu Saint-Exupery (1939), “*não há jardineiros*

para os homens. Mozart criança irá para a estranha máquina de entortar homens... Mozart está condenado... É alguma coisa como a espécie humana, e não o indivíduo, que está ferida, que está lesada. O que me atormenta é o ponto de vista do jardineiro... é ver Mozart assassinado um pouco em cada um desses homens”(10).

A instalação do programa se completa com o ensino da competição. Na escola a criança é desestimulada a cooperar e incentivada a competir com seus pares. Essa é a violação hierárquica em estado puro, a principal consequência maléfica da deformação centralizadora do campo social ou do direcionamento vertical dos fluxos. A hierarquia constrange a corrente a fluir para cima. Sair-se bem é subir, galgar os degraus de uma escada, passar de ano recebendo o grau correspondente. Para tanto, a criança tem que ser arrancada do emaranhado que conforma com seus pares, tem que ser individualizada (ou despersonalizada ao ser desconectada da sua rede de amigos) para poder receber – sempre de cima – as recompensas devidas ao seu esforço solitário. As avaliações são individuais, não de um grupo que co-opera (por mais que possam existir grupos que cooperem). Tanto mais aprovação o aluno obterá quanto mais se destacar dos semelhantes em vez de se aproximar deles. A solidariedade, a ajuda-mútua, a cooperação, não são valores e não compõem os critérios de avaliação adotados pela escola. Cada qual cuide de si. Os outros que se danem. É assim que a criança é ensinada (quer dizer, deformada) para a competição.

Na competição, a rigor, vale tudo (tudo aquilo que os sistemas de comando-e-controle não conseguem proibir, coibir ou reprimir). Como para a cultura competitiva a coisa mais importante é levar vantagem, na escola a criança aprende a trapacear.

A principal trapaça é a cola. Logo a cola que, na verdade, não deveria ser trapaça e sim um impulso natural de compartilhamento. Só vira trapaça porque existe a prova (individual). Se os desafios de aprendizagem fossem coletivos, a “cola” seria um comportamento não apenas lícito, mas desejável.

A imitação ou o imitamento (*cloning*) é uma fenomenologia da interação profundamente associada à aprendizagem. Só aprendemos quando clonamos, quer dizer, a rigor, colamos. Assim é com todas as espécies vivas. É por meio de *cloning* que os cupins conseguem construir seus sofisticados cupinzeiros. E que as aves do céu conseguem voar em bandos em formações tão surpreendentes (*flocking*) e os peixes do mar desempenham aquelas evoluções fantásticas (*shoaling*). Todas as entidades *self-propelled* que interagem imitam umas às outras. Assim também os humanos.

A criança aprende imitando o que percebe em seu ambiente, inicialmente clonando o comportamento dos pais e irmãos e, depois, dos membros do seu emaranhado social ampliado (outros parentes, vizinhos e amigos). Na escola, a criança vai clonar o comportamento dos professores, mas como, nessa etapa, ela já está conectada a uma rede social mais ampla, será fortemente desestimulada a clonar também o comportamento dos seus colegas. A rede social da turma ou classe escolar está centralizada no professor justamente para não ser uma rede social distribuída. Isto é hierarquia!

A hierarquia não consegue, entretanto, evitar as disfunções que sua perturbação provoca no campo social. A sociabilidade básica dos humanos é cooperativa. Sem cooperação não podemos ser humanos (pois a própria linguagem ou o linguajar e o conversar pressupõem – e são mesmo – cooperação). Mas quando o ambiente favorece atitudes competitivas e desestimula atitudes cooperativas, é inevitável que patologias sociais e individuais apareçam como disfunções.

A disfunção mais comentada atualmente é o *bullying*. É uma doença do ambiente e não das pessoas. Indivíduos valentões (tiranetes ou *bullies*, que estão na origem da palavra) só podem se comportar como tais quando são despersonalizados pelo sistema. Eles são sintomas de alguma doença coletiva que foi contraída pela rede centralizada. A suposta necessidade de controlar ou de dominar os outros não se manifestaria em indivíduos se eles não vivessem em ambientes desenhados para o controle. Parece óbvio que para acabar com o *bullying* nas escolas bastaria acabar com as escolas. Enquanto isso não é sequer cogitado, o assédio e o molestamento continuarão. E o *bullying* ocorre praticamente em todos os ambientes centralizados ou em todos os campos sociais deformados pela hierarquia (nos locais de trabalho, nas gangues de vizinhança, nas organizações militares *et coetera*).

Ao final de sete a oito anos de sua transformação contínua em objeto do ensino, servindo como

matéria-prima da fábrica escolar, o serviço está quase pronto. A criança capturada com seis ou sete anos de idade foi ensinada a se conformar com a restrição de sua liberdade (pois resistir é inútil), foi impedida de brincar (pois o que vale é se dedicar a coisas sérias, que têm um objetivo e produzem um resultado), foi desestimulada a aprender o que ela quer aprender, a inventar, a criar e cocriar (pois nada disso é importante e sim ser ensinado e saber reproduzir os ensinamentos recebidos) e foi induzida a competir (pois cooperar é um atraso de vida e não leva a lugar algum). A rigor a criança agora está morta – teve sua infância ceifada – e o que apareceu no seu lugar foi um jovem formatado para obedecer (e para se sentir culpado e inculpar os outros quando transgredir). Pronto. O programa hierárquico está carregado, com sucesso, na sua versão básica.

Mais tarde a mesma escola – ou seu espichamento vertical corporativo, a universidade – ensinará ao jovem os argumentos para justificar tudo isso. Na verdade ele aprenderá a repetir um amontoado de alegações baseadas nas crenças (ideológicas, que nada tem de científicas) de que o ser humano é inerentemente (ou por natureza) competitivo, de que a vida é uma luta em que cada um faz escolhas para maximizar a satisfação de seus próprios interesses, de que só os vencedores contam e os vencedores são os que fazem (individualmente) as escolhas certas e de que nada pode funcionar sem... hierarquia!

Mas muito antes de saber racionalizar, a criança que foi infectada na escola, que teve em si instalado o programa-escravo, reproduzirá com seu comportamento cotidiano o programa que recebeu. Cada escolarizado se transformará num escolarizador (e, mais tarde, converterá todas as organizações que fundar ou das quais vier a fazer parte, em espécies de escolas). É assim que o sistema hierárquico – a Matrix realmente existente – se reproduz.

Na igreja

Não raro a igreja (e a religião) atua sobre a criança como escola (transformando-a em vítima do ensino, na chamada catequese). A intervenção religiosa vai mais fundo, porém: seu objetivo é inculcar ideias-implante, memes (programas) maliciosos capazes de torná-la replicante de configurações hierárquicas (em geral sacerdotais). Essa operação é feita em um nível de profundidade que nenhum ensino laico conseguiria atingir.

Na igreja a criança será ensinada de que existe um único sistema de crenças correto e plenamente verdadeiro (aquele que ela está recebendo, é claro; e, por conseguinte, todos os outros serão errados e falsos). Mesmo quando isso não é dito claramente, fica implícito: do contrário por que estaria sendo catequizada naquela religião e não em outra? Ou por que não estaria recebendo uma iniciação ecumênica, em todas as tradições religiosas?

É uma experiência e tanto de violação do humano essa de ser inoculado com a ideia perversa de negação de todas as demais crenças e de invalidação de todas as outras conversações místicas diferentes das suas. Por si mesma a criança jamais chegaria a tal conclusão, que é evidentemente estúpida. Isso tem que ser impresso nela, marcado, como se marca o gado, com ferro em brasa (11). A separação entre fiel e infiel, a deslegitimação do infiel como um igual e a sua negação, rejeição e exclusão, foi uma das coisas mais perversas introduzidas pela hierarquia religiosa (na verdade pela hierarquia, porquanto, num sentido mais profundo, toda hierarquia é religiosa, é sempre um poder sagrado, quer dizer, separado do vulgo, do profano) nas sociedades. Isso nada tem a ver com a espiritualidade, com a experiência mística “*na qual uma pessoa vive a si mesma como componente integral de um domínio mais amplo de relações de existência... [e que] depende da rede de conversações em que ela está imersa e na qual vive a pessoa que tem essa experiência*”, como escreveu Humberto Maturana (1993) (12). Isso tem a ver com a instalação daquele mesmo programa-escravo que a escola existe para implantar.

As ideias-implante básicas variam com a tradição religiosa, mas são mais ou menos as seguintes, há milênios, pelo menos desde que os patriarcas “indo-europeus” (seja lá o que isso possa ter sido) – ao que tudo indica nas civilizações derivadas das primeiras formações hierárquicas da Mesopotâmia antiga (ou por elas contaminadas) – erigiram “*uma fronteira de negação de todas as conversações místicas diferentes das suas*”:

Em primeiro lugar você tem que introjetar a ideia de que é um ser inferior e de que há um ser

superior, sobre-humano, que você tem que temer, e ao qual tem que se sujeitar (tornando-se um servo desse ser superior: sim, a palavra utilizada é esta mesmo: “servo”).

Em segundo lugar você tem que acreditar que, mesmo que não faça nada de ruim, já está errado, simplesmente por ser o que é: um humano (imperfeito, impuro e mau) e não um sobre-humano (perfeito e puro, o único ser realmente bom). Em certas tradições essa crença é reforçada pelo mito perverso de um pecado original.

Em terceiro lugar você tem que abrir mão de tentar ter uma experiência direta (sem mediação) de contato com esse suposto poder sobre-humano. Para que o ser sobre-humano possa se relacionar com os humanos foram estabelecidos intermediários (os sacerdotes). E para que você possa ser salvo das consequências dos erros (pecados) inerentes à sua condição humana, foi construído um programa capaz de protegê-lo da interação com esse poder terrível e, ao mesmo tempo, capaz de incluí-lo na lista dos fiéis, ou seja, no rebanho dos que serão salvos por ele, se lhe prestarem o devido culto. Esse programa é a religião.

Em quarto e último lugar você tem que obedecer às diretivas dos sacerdotes que constituem a igreja (docente), fora da qual não há salvação.

Parece com escola – e é escola mesmo – porque a relação fundante da escola permanece: a separação entre um corpo docente e um corpo discente. Com efeito, onde há religião há sempre duas igrejas: uma docente (dos sacerdotes, dos pastores) e outra discente ou ensinada (dos leigos, do rebanho).

Mas é mais grave ainda. O objetivo de toda essa operação é sacerdotalizar o mundo, quer dizer, forjar um mundo social que só funciona por meio da intermediação e sacralizá-lo de alto a baixo. Atenção: você não está mais em um cosmos social isotrópico. Há alguém acima (ou alguma coisa terrível, com poder incomensurável) que verticalizou os fluxos. Esse poder não-humano conferiu atributos especiais a intermediários humanos que, por sua vez, ganharam autorização para se reproduzir como estamento, investindo outros humanos da mesma função privativa da sua condição e para sagrar e consagrar ambientes, eventos e pessoas (13).

A humanidade não é composta por iguais na medida em que alguns estão mais próximos (ou recebem mais graças) dessa entidade sobre-humana do que outros. Há agora também os santos, rishis, mahatmas, pessoas justas... que têm um *status* diferente das pessoas comuns, pecadoras, injustas. As pessoas normais não são simplesmente pessoas, mas espécies de santos fracassados: se não são santas é sinal de não foram boas o bastante. Há um fundamento para distribuir os humanos segundo os degraus de uma escada, pela sua proximidade com a hierarquia sobrenatural que penetra o mundo (social) dos humanos.

Ainda quando nada disso seja dito assim tão cruamente, está implícito, vem junto no pacote. O resultado mais banal (mas não menos cruel) é que você vai ficar achando que existem pessoas mais importantes do que outras, mais importantes do que você. Grande parte das pessoas acha isso e se comporta condizentemente com tal crença, enchendo-se de reverência para falar com um superior (não só um hierarca eclesiástico, mas qualquer superior, quer dizer, alguém que tenha mais poder, mais riqueza, mais diplomas ou mais fama do que você). Por isso que do mundo religioso para o mundo laico é um pulo. Pessoas poderosas, ricas, muito tituladas e famosas vão ser encaradas, nessa ordem social verticalizada, como superiores. Chefes têm alguma razão transcendente para estarem na posição que ocupam e devem ser nomeados pelos seus títulos diferenciais, obedecidos, tratados com certo temor e, não raro, com servilismo.

Uma criança que recebe tal carga de ideias (pouco benignas, convenhamos, do ponto de vista da liberdade e da cooperação) – ainda que receba tudo adocicadamente, por meio de historinhas edificantes e de exemplos florais e pastorais que exaltem a beleza, a graça, a exuberância da natureza criada e pervadida pelo amor divino, como fazem os catequistas – não conseguirá se recuperar facilmente. Alguma coisa dentro dela ficará lesionada para o resto da vida.

Mas essa é a apenas a primeira intervenção da igreja. Em muitos casos o jovem e o adulto continuarão sob influência da igreja e recebendo atualizações do programa, ainda na condição de leigos (ou de membros do rebanho, da igreja discente). Em outros casos, em menor número, o adulto entrará para a ordem religiosa que erigiu a igreja docente, integrando-se à sua burocracia

sacerdotal e se convertendo em um hierarca (condição da qual dificilmente escapará ileso depois de ter sido ordenado, quer dizer, depois de ter reconhecida pela hierarquia a sua capacidade de reproduzir a ordem vertical da Matrix).

O processo chegará ao paroxismo quando, ao lado da igreja e de outras organizações confessionais ou devocionais (seitas, associações religiosas, sociedades, irmandades, fraternidades), entrarem em cena as organizações esotéricas (como as maçonarias realmente clandestinas e as organizações secretas de cunho iniciático, em especial as ordens religioso-militares que ecoam tradições templárias, por meio das quais o programa será instalado então na sua versão *hard*, quer dizer, na sua versão profissional, para desenvolvedores).

Nas organizações sociais e políticas

Morta a criança, trata-se agora de dar continuidade ao processo de impregnação do jovem que foi formatado. Isso continua na escola (e, às vezes, na igreja). Mas agora aparecem novas instituições, como as organizações sociais e políticas ditas “de juventude”, os clubes recreativos, em alguns casos as gangues e as organizações criminosas (como o narcotráfico, que recruta inclusive crianças), os chamados “movimentos sociais” (sobretudo os aparelhados por organizações corporativas e políticas hierárquicas, em especial o movimento estudantil secundarista), as organizações civis da nova burocracia associacionista das ONGs (incluindo sociedades, fundações etc.) e os chamados clubes de serviço. O que há de comum a todas elas é que são organizações hierárquicas. São espécies de servidores onde os programas estão prontos para serem baixados e instalados. Basta você entrar (se conectar) a uma delas para *download* iniciar automaticamente. E os programas – as diversas versões do mesmo programa hierárquico – são executáveis.

Um pouco mais tarde será a vez do quartel (quando há serviço obrigatório às forças armadas), em alguns casos (dependendo da época e do lugar) das organizações políticas clandestinas, ditas revolucionárias (em geral estruturadas segundo um padrão fortemente centralizado, quando não militar), e da chamada juventude dos partidos. Tudo isso atuará concomitantemente (com exceção do trabalho infantil) ao trabalho (como *trainee* ou como auxiliar desqualificado de serviços gerais) em empresas e em outras organizações burocráticas do Estado ou da sociedade civil, na passagem da primeira juventude (se se puder falar assim), para a idade adulta jovem.

As organizações “de juventude”, de um modo geral, são campos de iniciação e treinamento em métodos e processos autocráticos e hierárquicos. Curiosamente são dirigidas – ostensiva ou ocultamente –, em grande parte, por pessoas não-jovens. Políticas para juventude são discutidas nos comitês centrais de organizações gerontocráticas, onde dirigentes idosos combinam entre si como recrutar mais e mais jovens para submetê-los às suas chefias ou enquadrá-los em suas hierarquias. Quando são organizações políticas “de direita” as organizações de jovens têm como objetivo a inculcação de ideologias e o treinamento em métodos de comando-e-controle. Quando são “de esquerda” têm como objetivo a inculcação de ideologias e o treinamento em métodos de comando-e-controle. A única diferença é que, no primeiro caso, há o pressuposto da manutenção da ordem e das instituições seculares (como a família, a tradição e a propriedade e, às vezes, a religião e a “raça”) e, no segundo, há o objetivo declarado de trocar a ordem atual por outra ordem *top down* (igualmente hierárquica, mas com novos atores exercendo o comando-e-controle). Há também uma diferença nas ditas “de esquerda”: elas treinam os jovens em técnicas de manipulação de massas e condução de assembleias, abrindo um espaço participativo (e pouco interativo) para tanto. Nesses ambientes de arrebanhamento, sempre polarizados por líderes mais antigos, o jovem vai aprender a ser um profissional de reunião, a votar tudo, a cabalar votos, a fazer campanhas, a defender propostas, a atacar e destruir as propostas adversárias e, às vezes, a destruir também as pessoas que têm tais propostas, que passarão a ser consideradas como inimigos. Mas todas essas organizações – sejam “de esquerda” ou “de direita” – são sideradas pelo imperativo de *formar novos líderes* (que serão os substitutos dos hierarcas atuais, também chamados de líderes). Cabe aqui uma nota sobre o papel dos partidos, essas instituições hierárquicas em que as pessoas aprendem a privatizar a esfera pública. Partidos são um tipo especial de corporação para fazer valer os interesses de um grupo sobre os

interesses de outros grupos e pessoas com base em (ou tomando como pretexto) um programa, um conjunto de ideias a partir das quais seja possível conquistar e reter o poder para tornar legítimo o exercício (ilegítimo do ponto de vista social, quer dizer, do ponto de vista das redes sociais distribuídas) de comandar e controlar os outros.

Os primeiros partidos foram religiosos – foram as castas sacerdotais que erigiram o Estado – e, portanto, partidos são, na origem, organizações hierárquicas *stricto sensu*.

Partidos são um modo de proteger as pessoas da experiência de política pública. Para tanto – em um regime de monopólio (nas ditaduras) ou de oligopólio (nas democracias formais) – eles privatizam a política pública. Sua existência legal indica que as pessoas, como tais, não precisam fazer política pública no seu cotidiano e na base da sociedade (nas suas comunidades): alguém fará tal política por elas! Mesmo nas democracias dos modernos entende-se que as pessoas não devem fazer política pública, a menos que entrem em um partido: uma espécie de agência de empregos estatais, uma organização privada autorizada a disputar com outras organizações privadas congêneres o acesso às instituições estatais reconhecidas legalmente como públicas e, portanto, encarregada com exclusividade de fazer política pública. Enxugando de toda literatura legitimatória as teorias liberais sobre o papel dos partidos na democracia, o que sobra é mais ou menos isso aí.

Ora, por mais esforço que se faça para justificar esse acesso diferencial ao exercício da política pública, parece óbvio que o sistema de partidos privatiza a política. Ao se conferir aos partidos – com exclusividade – o condão de transformar *politics* em *policy*, as pessoas viram automaticamente clientela do sistema.

Ao entrar em um partido – mesmo que seja no seu setor reservado à juventude – a pessoa começa a ser deformada. Começa a achar que a sociedade é um campo de disputa de hegemonia e que a política é uma espécie de “arte da guerra”. Trata-se, em suma, de impor a vontade de um grupo à sociedade, por todos os meios lícitos (e, não raro, ilícitos).

Jovens que tiveram sua iniciação política na vida partidária terão imensas dificuldades de se libertar da prática de instrumentalização dos outros em nome de uma causa (de alguns), não raro permanecerão com a ideia de que os fins justificam os meios, aprenderão a mentir e a usar a mentira como método, se comportarão como membros de uma quadrilha ou gangue e, mesmo contra seus declarados “valores”, passarão a justificar – ou pelo menos se omitirão de denunciar ou reprovar – a corrupção e outros crimes, quando praticados pelos “nossos”.

Na medida em que democracia é mais o “metabolismo” de uma comunidade de projeto do que o projeto de alguns interessados em conduzir uma comunidade para algum lugar segundo seus pontos de vista particulares ou para satisfazer seus interesses – uma definição nua e crua de partido – nos partidos o jovem aprenderá, essencialmente, autocracia (e, o que é mais curioso, fará isso reproduzindo incessantemente discursos elogiando a democracia).

No quartel

No quartel o programa hierárquico é atualizado com a instalação de uma versão bruta, na verdade boçal. Pela primeira vez a hierarquia é abertamente apresentada como um princípio necessário para se viver (ou sobreviver) na guerra universal e eterna em que supostamente se encontra (ou é) o mundo. Segundo o cretinismo inerente à ideologia militar, a guerra é uma realidade permanentemente presente: ela existe desde a fundação da sociedade humana e existirá por todo o sempre.

Si vis pacem, para bellum (se queres a paz, prepara-te para a guerra): é o lema principal, que está escrito nos muros dos quartéis. Deveria ser óbvio que se alguém se prepara para a guerra terá a guerra e não o contrário. Só a custa de alta dose de impregnação ideológica uma pessoa normal pode assimilar essa contradição. Aceitá-la significa admitir o pressuposto de que o ser humano é, por natureza, um *homo hostilis*, ou seja, inerentemente competitivo e que, na ausência de um poder acima deles, que refreie seus impulsos primitivos, os seres humanos se dilacerariam em um *bellum omnium contra omnes* (uma guerra de todos contra todos), como escreveu o famoso ideólogo do Estado Thomas Hobbes (1651) (14).

Ora, preparação para a guerra exige hierarquia. Na guerra não se pode romper, diluir, retardar ou mediar o fluxo vertical comando-execução. Como, em tempos de paz, as pessoas têm que se

preparar para guerra, então, mesmo na ausência de qualquer conflito – que eventualmente justificasse o controle absoluto dos chefes sobre seus subordinados, por questão de vida ou morte – há que se observar rigorosamente a mais estrita sequência ordem-hierarquia-disciplina-obediência. Em outras palavras: toda questão de vida vira uma questão de morte. Eis a raiz necrófila da ideologia militar.

No quartel o jovem experimentará, pela primeira vez, o que é o mando de uma pessoa sobre outra (e a sujeição de uma pessoa à outra) em toda sua crueza, sem qualquer justificativa ou necessidade de explicação racional: quem manda, pode mandar um recruta fazer quase qualquer coisa: lavar o pátio, carregar móveis para a mudança de residência de um oficial, comprar cigarros no bar da esquina, “pagar” quarenta flexões... Isso é deliberadamente estimulado para treinar os subordinados na obediência. Para suportar tal aberração, alguns *scripts* adicionais do programa-escravo da Matrix serão inculcados no recruta por meio de aforismos fortemente carregados de preconceitos: “O superior não erra nunca, a não ser por culpa única e exclusiva do subordinado”; “Só pode mandar quem aprendeu a obedecer”; “Indisciplina coletiva é erro de comando” etc.; além de um conjunto interminável de outros ditos chulos, do tipo “O quartel é o lugar onde o filho chora e a mãe não vê”, ou “Militar não pode: tem permissão, não descansa: relaxa posição, não cumprimenta: presta continência” – todos, porém, com o objetivo de implantar o espírito de sujeição à ordem hierárquica e a submissão aos chefes.

A hierarquia em estado bruto se revela na topologia da rede social fortemente centralizada da organização militar, na qual é proibido multiplicar caminhos ou abrir atalhos que passem ao largo do (ou *bypasssem* o) superior imediato (por exemplo, o tenente não pode ir direto ao coronel sem passar pelo capitão e pelo major e violar o caminho único, pular as estações do percurso compulsório, é falta grave). Tudo isso, como é óbvio, transborda para outras organizações civis e religiosas hierárquicas.

Algumas ordens religiosas ou religioso-militares levam ao paroxismo a distribuição dos postos hierárquicos, justificando-os por analogia com configurações sobre-humanas. Neste caso a perversidade é maior, mas aí já estamos em um ambiente de programação, para desenvolvedores. Por último, mas não menos importante, no quartel o jovem “aprenderá” o patriotismo, um delírio de raiz belicista (aquele mesmo que acompanhou a instalação desse fruto da guerra – na verdade da Paz de Westfalia – chamado Estado-nação moderno). Não é por acaso que as forças armadas cultuam a comunidade imaginária chamada de nação, na verdade um domínio do Estado. O Estado reifica a nação para se justificar como aparato autocrático que supostamente dela emana e as forças armadas são um dos seus braços (o braço armado) sem o qual não teria sido possível a ereção dessa organização constituída contra os outros, contra os inimigos (e para sê-lo basta ser outro, não é necessário manter qualquer postura beligerante), contra os demais Estados. O sistema internacional perverso do equilíbrio competitivo (que ainda não conseguiu ser violado pela democracia) é um pacto entre menos de duas centenas de Estados-nações para centralizar sociosferas onde vivem 7 bilhões de pessoas.

O fervor patriótico será o combustível para os governantes se manterem no poder, para reproduzir o sistema de instituições (estatais) que quer impor sua legitimidade à sociedade com o fito de torná-la seu *dominium* (ao modo feudal mesmo) e para continuar produzindo inimizade no mundo. A cultura do fervor patriótico permite a geração de uma matriz de identidade, uma identidade baseada na guerra, no estado de guerra, ou na preparação para a guerra. O argumento básico é o da *realpolitik* (autocrática, não democrática): se nós não estivermos preparados para a guerra, se não nos armarmos, seremos invadidos e dominados pelos que estão preparados e já se armaram (contra nós). É um argumento de gangue.

Por isso que o patriotismo é tão importante para as forças armadas. Sem ele não há como arregimentar pessoas para compô-las. Juramentos, saudação à bandeira, exaltação do nacionalismo, dever sagrado, morrer pela pátria... tudo isso é droga pesada e faz parte da carga ideológica que recebe o recruta, preparando-o, na maior parte dos casos, não para uma guerra efetiva (quente ou fria) contra um eventual inimigo externo real, mas para a manutenção de um estado de guerra interno ou para a preparação para a guerra (tomada paradoxalmente como uma condição para a paz)

que justifique a verticalização do campo social.

Para resumir, no quartel o jovem, mal saído do ensino médio ou apenas tendo cursado o ensino fundamental, é vítima de uma intervenção rude. Ao que parece a maior parte dos alistados compulsoriamente consegue se recuperar do trauma ao completar seu período anual de serviço. Os que decidem seguir a carreira militar, entretanto, dificilmente se livrarão da impregnação. Em todo lugar em que forem reproduzirão a matriz que neles foi impressa e que é composta por conceitos míticos, hierárquicos e autocráticos do mundo épico da guerra universal e eterna: ordem, hierarquia, comando, controle, disciplina, obediência, honra, dever, bravura, heroísmo... Educarão seus filhos com esses “valores”. Tratarão seus colaboradores, em empreendimentos civis em que se envolverem depois de dar baixa ou de se reformar, como subordinados. Exigirão obediência, respeito à autoridade e coibirão liberdades que acharem excessivas.

O quartel é o ambiente onde a Matrix realmente existente se desnuda e a tal ponto que aparece, quase ingenuamente, como caricatura. É tão tosca essa aparência que chega a se risível, como pode constatar qualquer pessoa inteligente que observe durante algum tempo a vida na caserna.

Na universidade

Quando vão chegando à chamada maioridade, alguns jovens – em número crescente, em boa parte dos países – entram na universidade, uma corporação medieval meritocrática que remanesceu na modernidade e chegou aos dias de hoje por força do monopólio da outorga de diplomas (já que o suposto monopólio do conhecimento, que detinha há oito séculos, foi perdido em algum momento do passado recente com a emersão de uma sociedade-em-rede).

Na universidade o jovem vai aprender, basicamente, meritocracia. A ideologia autocrática que receberá é a de que os que sabem mais têm o direito de dirigir os que sabem menos. Mesmo quando não é dito, isso – esse princípio autocrático platônico que inspirou academias pelo mundo a fora durante mais de dois milênios – soa como a coisa natural a ser feita.

O jovem será ensinado na universidade que é legítimo erigir tribunais epistemológicos, baseados num suposto saber sobre o saber, que julgará o que é científico (e deve ser aceito) e o que não é (que deve então ser rejeitado). Em alguns casos, sobretudo nos cursos de sociologia e política, ele também será recrutado para erigir ou fazer parte de alfândegas ideológicas, que deixarão passar algumas visões e proibirão a entrada de outras (consideradas como contrabando à luz da ideologia dominante no meio acadêmico).

Na universidade o jovem se integrará à corporação (talvez seja a primeira experiência de corporação que terá na vida, com exceção, em alguns casos, da militar, se tiver sido recrutado, mas esta última é mais uma casta). Começará a ver o mundo a partir da ótica da corporação dos que sabem e acreditará que tal visão é superior de algum modo às visões das pessoas comuns.

É também na universidade que o jovem – que decidir continuar na vida acadêmica – entrará em contato inicialmente com a ideia de carreira, ideia que, no fundo, não passa de um fluxo condicionado para galgar posições de poder, prestígio e melhor remuneração relativamente aos outros, contra os outros ou destacando-se dos demais em vez de interagir e se aproximar deles. Na dinâmica das carreiras a competição é fortemente estimulada.

Por último, na universidade o jovem receberá as justificativas para defender e reproduzir tudo isso. É lá que ele entrará em contato com as explicações doutas sobre a realidade social e suas leis, por meio de formulações que, em grande parte, não são científicas, mas compõem o sistema de crenças da metafísica influente da hora aceita seus pelos seus professores, que compõem a burocracia sacerdotal do conhecimento.

Em suma, na universidade o jovem ainda está na escola e tudo que se falou sobre a escola vale, *mutatis mutandis* (e mudando muito pouco), para a universidade. A burocracia sacerdotal do conhecimento (a hierarquia composta por livre-docentes, pós-doutores, doutores e mestres) é, na verdade, uma burocracia do ensinamento.

Agora, porém, ele está em uma hierarquia meritocrática que lhe dará segurança para emitir juízos sobre a organização do mundo, inclusive para reforçar a necessidade universal da meritocracia e, inevitavelmente, da hierarquia.

Em alguns países, como os Estados Unidos, existe ainda a tradição das fraternidades universitárias

(nomeadas por combinações de letras gregas, como Phi, Alpha, Delta, Kappa, Beta, Omega etc.) que têm por objetivo “*separar líderes de perdedores*” (15). Essas fraternidades – cujo padrão de organização, os ritos secretos e a ideologia foram descaradamente copiados da maçonaria e de outras organizações esotéricas –, cumprem um papel mais importante do que em geral se avalia na formação do jovem como instalador de hierarquias, ou seja, como agente da Matrix.

Quando for para uma empresa ou para outra organização qualquer, estatal ou social, esse jovem universitário levará para lá a convicção de que os cargos (em especial os de chefia) têm que estar associados a títulos conferidos pela corporação acadêmica. De algum modo continuará reproduzindo escola em todas elas.

No trabalho

Bem, então os jovens chegam ao lugar onde as pessoas passam a comemorar as sextas-feiras e a amaldiçoar as segundas: o trabalho! Só por isso já deveriam desconfiar que alguma coisa está errada, mas nem notam esse eloquente sinal (de que cerca de 70% da sua vida não é vivida segundo seus desejos). Acham natural pagar um tributo durante seis ou cinco dias na semana para poder viver como querem em um ou dois dias restantes.

Quando o jovem arruma um primeiro emprego e vai para um local de trabalho, seja em uma empresa ou em outra organização hierárquica do Estado ou da sociedade civil, o programa-escravo que nele foi instalado afinal é ativado. De certo modo, foi para isso que ele recebeu tão longa preparação. No trabalho o contratador reconhece se o programa-escravo está rodando bem no contratado (quando nenhum contratador tem dificuldade para fazer tal reconhecimento, a isso se chama, às vezes, de “*empregabilidade*”).

O programa-escravo é a senha para o jovem ser admitido nos campos de reprodução da Matrix. Todas as organizações hierárquicas são campos de reprodução, mas estamos focalizando agora aquelas que substituem a liberdade da invenção pela prisão do trabalho (rotineiro).

Sim, os locais de trabalho são ambientes de reprodução, não de criação. Exigem disciplina e obediência para que um processo, produto ou serviço possa ser replicado com o menor número de erros, em menor tempo e com o menor custo possível (e a isso já se chamou de qualidade e produtividade).

Para tanto, as empresas e outras organizações de trabalho em geral aprisionam os corpos dos trabalhadores para possibilitar que os chefes (os administradores de pessoas) consigam controlá-los e comandá-los de perto. O pressuposto aqui é o de que o trabalhador não cumprirá o seu papel voluntariamente e sim, somente, se estiver submetido a um sistema – feitorial ou quase (na atualidade os feitores trocaram o chicote pelo relógio, o livro de ponto, o crachá magnético ou o banco de horas) – no qual alguém vigia seus movimentos para evitar que ele mate o tempo, se desconcentre de suas tarefas e não consiga “*bater as metas*” (diminuindo a qualidade e a produtividade).

Mais de 90% dos empregadores são aprisionadores de corpos. Chefes de repartições governamentais, administradores de empresas e “*donos*” de ONGs costumam ser aprisionadores de corpos. Se as pessoas não tivessem que dormir e as leis permitissem, gostariam que elas ficassem à sua disposição o tempo todo: – 24 (*horas*) X 7 (*dias*): *tum, tum, tum...*

Ainda quando dizem o contrário, eles não querem que as pessoas empreendam, sejam criativas, construam produtos ou processos inovadores e realizem coisas maravilhosas e sim que elas trabalhem. Querem trabalho = repetição e execução de ordens. Se quisessem criação, inovação, não imporiam às pessoas agendas estranhas (que elas não tiveram oportunidade de coconstruir), não lhes retalhariam o tempo em unidades controláveis, com horários rígidos de entrada e saída em algum espaço murado. Dariam a seus colaboradores (a todos) as melhores condições para inovar (alugariam, quem sabe, uma casa em uma ilha paradisíaca, em uma chácara aprazível ou mesmo em um bosque urbano, um horto, cultivariam jardins... em suma, não organizariam e decorariam seus locais – de trabalho – de modo tão horrendo, sem cores, sem arte, tudo cinza, quadrado, como uma prisão mesmo, ou um convento) e, sobretudo, não reduziriam sua mobilidade: uma dimensão essencial da sua liberdade para criar.

O fundamental para os aprisionadores de corpos é manter seus trabalhadores fora do caos

criativo, protegê-los do seu próprio espírito empreendedor. Então, para esterilizá-lo, colocam você na pirâmide. Ou no campo de concentração: na entrada de Auschwitz I lia-se (e ainda se lê em cima do portão principal) as palavras “*Arbeit macht frei*” (o trabalho liberta).

A empresa (*lato sensu*) é uma máquina e o trabalhador não é o operador e sim uma peça da máquina. A máquina tem que funcionar para produzir os processos, produtos e serviços para os quais foi projetada e construída. Para que a máquina funcione, a peça tem que funcionar como peça, desempenhando exatamente o papel para o qual foi desenhada.

A empresa hierárquica foi criada para proteger as pessoas da experiência de empreender. Para nela entrar uma pessoa tem que abandonar seu próprio sonho em prol do sonho alheio. É mais ou menos assim como se o dono do sonho (ou um seu preposto) lhe dissesse: “*Você não precisa empreender e sim deixar que eu empreenda por você; desde, é claro, que você abandone o seu sonho e adote o meu, trabalhando para mim*”.

No trabalho (em uma empresa ou em outra organização hierárquica) o jovem é ensinado a não-criar, a não-inventar. Logo ele aprende que isso pode ser prejudicial à sua carreira. Será um incômodo para os chefes: sairá dos esquemas que já foram (por eles) traçados (para ele). Seus próprios colegas de trabalho reprovarão suas iniciativas, encararão como uma espécie de deslealdade essa mania de querer ficar “mostrando serviço”. Suas novas ideias para melhorar um modelo de gestão, processo, produto ou serviço, serão julgadas no meio do rebanho trabalhador como desejo de “se exhibir” para os chefes. Um rebanho de empregados é mais ou menos assim como aquelas hordas de seres infectados por algum vírus – muito comuns em filmes de terror (ou em filmes-B de ficção científica) – que perseguem e tentam infectar qualquer um que não esteja infectado.

No trabalho o jovem aprende a ser medíocre, a se conformar em seguir a rotina, a fazer como todo mundo faz em troca de ter a possibilidade de, nos 30% do tempo de vida que lhe sobra, assistir ao jogo, namorar, ir à praia ou ao cinema, confraternizar com os amigos num churrasco dominical ou no barzinho, se dedicar a um esporte ou a um *hobby*, viajar no final de semana... Na verdade ele aprenderá a suportar o jugo, sofrer a fadiga, divagando, sonhando com o que fará depois, enquanto faz de conta de que está concentrado no que está fazendo agora. Realmente é uma vida de escravo que só é aceitável por uma pessoa em quem foi carregado um... programa-escravo (16). Em uma empresa hierárquica o jovem aprenderá que não é o seu trabalho que será remunerado (pelo que vale) e sim a sua disposição de ficar à disposição dos chefes ou dos donos para fazer qualquer trabalho (que eles querem que ele faça).

Tudo está organizado para que o jovem não veja que ele é o empreendedor, não a empresa. Para que ele não veja que a empresa é um meio para que ele possa empreender, não uma feitoria (por acaso ele é um escravo?), uma penitenciária onde ele tenha que pagar uma pena oito horas por dia (como se tivesse sido condenado por algum crime), quase todos os dias da semana (sempre aborrecido e ansioso, como os escolares, não vendo a hora em que vai tocar a sineta); muito menos um ídolo a que ele deva adorar. Se ele não vê, então é sinal de que o processo de impregnação está concluído, o programa foi carregado com sucesso, está totalmente instalado e rodando bem.

O jovem agora está perfeitamente integrado à Matrix e já pode ser considerado uma pessoa adulta e responsável.

Família, escola, igreja, organizações juvenis, partido, quartel, universidade, empresa e organizações (estatais ou sociais) de trabalho – todas essas instituições carregam o programa, as atualizações do programa (ou suas diferentes versões). É quase-impossível escapar de todas elas. E o que há de comum a todas elas, aparentemente tão diferentes, muitas com objetivos díspares entre si e até opostos? O que há de comum é a hierarquia, o padrão mais centralizado do que distribuído de organização, com tudo que isso implica: o modelo de gestão baseado em comando-e-controle, a existência de monolideranças, a exigência de obediência (ou sub-ordenação). Restringir a liberdade e desestimular a cooperação parece ser o objetivo.

As pessoas da Matrix reagirão a tudo isso dizendo assim: “– *Mas poderia ser de outro jeito? Se não organizássemos as pessoas em sistemas hierárquicos elas não estariam ainda na idade da pedra, vivendo em bandos, errantes, consumidas pela sobrevivência e sua vida não seria – como escreveu Hobbes (1651) – ‘solitária, miserável, sórdida, brutal e curta’?*” (17).

